

CERTIDÃO

ACÚRCIO ÁLVARO PEREIRA, PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA:-----

Certifica que da acta da **terceira sessão ordinária** desta Assembleia Municipal, realizada no dia **vinte e um de Abril do ano de 2006**, no auditório “Paulo Quintela” de Bragança, na qual participaram **noventa e quatro** membros, dos noventa e nove que a constituem, se encontram **aprovadas em minuta**, as **seguintes deliberações:-----**

QUORUM - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e trinta minutos e foram presentes:-----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----

PS – Manuel António Pires– Substituído por Fernando Carlos da Silva Paula -----

PSD – Maria Gonçalves Sampaio da veiga – Substituída por José Joaquim Meireles Salgueiro.

Presidente da Junta de Freguesia de Baçal – Substituído por João Luís Correia Fernandes. -----

INSTALAÇÃO: João Luís Correia Fernandes – Substituto do Presidente de Junta de Freguesia de Baçal.-----

PONTO 1 – ACTAS: Leitura, discussão e votação da acta da **segunda sessão ordinária realizada em 17 de Fevereiro do ano de 2006 – Aprovada, por unanimidade**, estando momentaneamente, setenta e um membros presentes. -----

PONTO 2 – PÚBLICO – 1º Período de intervenção. – Não houve inscrições.

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

----- **Eduardo Malhão – Apresentou, por escrito, a seguinte** -----

“MOÇÃO

CONSTRUÇÃO DE ACESSIBILIDADES REGIONAIS

Considerando que:

A situação periférica do Nordeste Transmontano e a falta de acessibilidades de ligação aos principais eixos rodoviários transfronteiriços condiciona a coesão territorial da região, colocando-a ao nível das regiões económica e socialmente mais deprimidas, do espaço europeu, o que exige medidas e soluções rápidas e concretas para inverter esta situação altamente desfavorável para as suas populações.-----

O governo anunciou como investimento prioritário para a actual legislatura a construção da auto-estrada Amarante/Bragança/Quintanilha, no cumprimento de uma promessa eleitoral do Partido Socialista, incluindo-a no conjunto de investimentos previstos no Plano de Infra-estruturas de Investimento Prioritário, a executar até 2009, com a dotação de um verba de 150 milhões de euros, tendo mesmo garantido que o processo estava a decorrer e que o troço Vila Real/Bragança poderia arrancar ainda durante o próximo ano. -----

A decisão do Governo de não incluir o troço Vila Real / Bragança na concessão que ligará Amarante a Vila Real por falta da emissão da Declaração de Impacto Ambiental (DIA) e do estudo técnico e financeiro, adia um projecto tão significativo e estruturante para a mobilidade de pessoas e bens e não augura nada de bom para a cidade de Bragança e para a nossa região. -----

O atraso da concretização deste projecto não é uma atitude isolada dos Governos no que respeita a investimentos na região, com impacto no desenvolvimento de Bragança e na melhoria da qualidade de vida das respectivas populações, sendo que as medidas de contenção não tem o mesmo peso quando aplicado a outras opções do Governo, consumidoras de avultados recursos públicos. -----

Nestes termos, -----

A assembleia municipal, perante mais uma situação de subalternização face a outras regiões no domínio da construção de acessibilidades, manifesta a sua grande preocupação pelo impacto negativo que esta decisão de adiamentos e

incertezas terá sobre a cidade de Bragança e toda a região transmontana deliberou reclamar junto do Primeiro-ministro o seguinte: -----

1 – A clarificação do processo de construção relativamente ao lanço da futura A4 Vila Real/Bragança e a sua integração na concessão Amarante/Vila Real, no sentido de não se protelar por mais tempo a ligação de Bragança aos principais eixos rodoviários transfronteiriços. -----

2 – A conclusão do IP-2 com o seu prolongamento para Norte, concretizando-se assim o Plano Rodoviário Nacional e a ligação com a Autovia das Rias Baixas e a futura A4, garantindo-se a articulação do serviço rodoviário com o Aeródromo Municipal de Bragança e com a futura Estação Ferroviária de Puebla de Sanábria, servida pela linha de alta prestação. -----

3 – A requalificação de toda a rede viária regional e a sua ligação aos eixos rodoviários principais, de forma a melhorar a mobilidade de pessoas e bens e as acessibilidades locais, potenciando uma relação de proximidade entre núcleos rurais e consequentemente a coesão territorial, económica e social. ----

Bragança, 21 de Abril de 2006 -----

O Grupo Municipal do PSD”

----- **Após análise e discussão, foi a mesma Moção submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente setenta e seis membros presentes.**-----

----- **Fizeram declaração de voto os seguintes membros:** Victor Prada e Lídio Correia.-----

----- **Luís Costa** – Apresentou, por escrito, a seguinte -----

“PROPOSTA

Estando em discussão a distribuição das verbas referentes ao IV Quadro Comunitário de Apoio, instrumento de extrema importância para o desenvolvimento do Nordeste Transmontano, tendo em conta até, que muitas dessas verbas, nomeadamente na região Norte, são justificadas pelos baixos índices de desenvolvimento da nossa região, e considerando a importância de saber das propostas para a sua distribuição do Governo e dos Partidos, a Assembleia Municipal de Bragança reunida em 21 de Abril de 2006, decide:-----

1 - Realizar um debate público sobre o IV QCA, durante o mês de Maio ou Junho, com a participação de um deputado de cada partido com assento na Assembleia da República. -----

2 - Para o efeito, dirigir convites aos vários Grupos Parlamentares a fim de designarem o seu representante. -----

Bragança, 21 de Abril de 2006.-----

Os eleitos da CDU:

a) Lídio Alberto Correia e Luís de Sousa Costa. -----

Enviar a:

Grupos Parlamentares e Comunicação Social -----

-----**Após análise e discussão da Proposta foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com setenta e oito votos a favor, um voto contra e duas abstenções, estando momentaneamente oitenta e um membros presentes.**-----

PONTO 4 - – PERÍODO DA ORDEM DO DIA COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHOS: -----

PONTO 4.1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE O ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO. -----

ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO

Conforme o previsto na alínea e) do n.º 1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita acerca da situação financeira do Município e das actividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período

que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal que teve lugar a 17 de Fevereiro de 2006, até à presente data.

Assuntos tratados para aprovação da Assembleia Municipal:

- a) Relatório de Gestão e Prestação de Contas do ano de 2005.
- b) Primeira revisão ao PPI e Orçamento de 2006.

1 - DEPARTAMENTO DE GESTÃO GERAL E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

1.1 - Divisão Financeira

Foram elaborados e aprovados os documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2005, elaborados no âmbito do POCAL. Os referidos documentos são constituídos pelo Relatório de Gestão e Mapas e Anexos às Demonstrações Financeiras, comportando estes últimos o Balanço, a Demonstração de Resultados e os Anexos às Demonstrações Financeiras.

A execução do orçamento da receita e da despesa do ano de 2005 foi respectivamente de 74,73% e 75,21%, ou seja uma execução a rondar os 75%, com o valor de 30.780.422,10€. A receita corrente de 2005 subiu relativamente ao ano de 2004 em 2,78%, a receita de capital relativamente ao ano de 2004 teve um aumento de 11,05%.

Nos últimos dois mandatos, as receitas tiveram a seguinte proveniência: fundos comunitários 17,60%; empréstimos 6,40%; receitas próprias 35,49% e de transferências de fundos da Administração Central 59,49%.

A despesa paga foi de 30.780.422,10€, sendo 15.539.478,38€ correspondente a despesa corrente e 15.240.943,72€ a despesa de capital. A despesa corrente cresceu no ano de 2005, em 10,84%, reflexo de um aumento de serviços prestados à comunidade, resultado do aumento dos espaços verdes, garantia de qualidade no fornecimento de água, sector de ensino, serviços culturais e desportivos, aumento das áreas de limpeza urbana e do serviço associado. O aumento da despesa com pessoal foi de 3,12%, representando 40,55% do orçamento corrente e 20,47% da despesa global.

A despesa de capital paga foi de 15.240.943,72€, o que correspondeu a uma taxa de execução de 62,54%, e um crescimento de 2,04% relativamente ao ano de 2004. O investimento realizado no último mandato foi, em média, financiado em 37,23% pelos fundos comunitários; em 13,26% com recurso ao crédito bancário e 49,51% com recursos próprios. Comparando os três últimos mandatos em termos de investimento, temos que no mandato de 1998/2001, o investimento foi 2,21 vezes superior ao de 1994/1997 e o de 2002/2005 foi de 2,89 vezes superior ao mandato atrás referido. Nos rácios referidos, não está contabilizado o investimento realizado através das empresas participadas pelo Município, seja em investimentos de requalificação urbana, seja em investimentos em equipamentos ligados à área económica.

Com uma elevada captação de fundos comunitários, conseguimos manter um período extenso em que o investimento foi superior à despesa corrente e concretizar a construção de importantes equipamentos culturais, desportivos, de transportes e acessibilidades, de modernização e qualificação do espaço público urbano, de construção de infra-estruturas de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos e de saneamento básico, colocando o nosso concelho, nesta área, muito acima da média do país. Novas oportunidades foram garantidas aos cidadãos, assegurando melhor qualidade de vida e bem-estar, cumprindo, assim a Câmara Municipal algumas das suas importantes atribuições de natureza pública e social, situação que, por sua vez, representa inevitáveis aumentos nas despesas correntes.

A estrutura da despesa teve a seguinte configuração: despesa com pessoal 20,47%; aquisição de bens e serviços 23,24%; juros e outros encargos 1,03%; transferências correntes 4,45%; outras despesas correntes 1,31%; aquisição de bens de capital 35,48%; transferências de capital 7,72%; activos financeiros 1,33%; passivos financeiros 4,98%.

A dívida total do Município, de curto médio e longo prazo é de 16.190.663€ o que representa 52,60% da receita global. Em Janeiro de 1998 a dívida global representava 105,37% da receita global, ou seja, duas vezes mais. Em termos absolutos, se actualizada para Dezembro de 2005 a referida dívida ascenderia a 18.598.996,00€, ou seja, superior em 2.127.085€.

A demonstração de resultados evidencia um resultado líquido positivo de 2.701.618€, consequência dos resultados operacionais do valor de 4.918.308€, dos resultados financeiros de 736.161€, dos resultados correntes com o valor de 5.654.469€ e dos resultados extraordinários com o valor negativo de 2.952.852€. Os resultados extraordinários representam essencialmente as transferências de capital para as Juntas de Freguesia e outras Instituições sem fins lucrativos.

Quanto à estrutura e evolução patrimonial da Autarquia, salienta-se que o activo cresceu para 119.452.491€ resultado do aumento em 17.859.250€, o equivalente a 17,58%, crescimento assegurado pelo aumento do activo fixo. Os fundos próprios registaram um acréscimo de 16,12%, em resultado do incremento do património e das reservas, no valor de 11.276.310€. O passivo aumentou 20,82%, contributo do aumento dos acréscimos e diferimentos, do aumento das dívidas a terceiros e do reforço das provisões para riscos e encargos.

Quanto aos recursos humanos da autarquia, houve um acréscimo no número de lugares de pessoal em exercício de funções, face ao ano de 2004. O Executivo (4), o Gabinete de Apoio Pessoal (3), o Pessoal do Quadro (354), acrescido do pessoal em qualquer outra situação (48), totalizando 409 colaboradores.

A utilização de novos equipamentos culturais, de transporte, bem como a extensão da disciplina de Inglês a alunos do ensino básico, originou um aumento de colaboradores de pessoal contratado. Os quatro docentes de língua inglesa, os sete motoristas de autocarros e os nove auxiliares de acção educativa são o reflexo dessa extensão.

O absentismo registou uma ligeira diminuição ao longo deste ano. As faltas resultam sobretudo de doença prolongada que se distribui por 45 funcionários. A morosidade das juntas médicas é responsável por uma elevada percentagem do absentismo existente.

No ano de 2005, a formação de pessoal continuou a ser relevante na política de gestão de recursos humanos da Autarquia. Proporcionou-se formação a todo o pessoal do quadro, no âmbito da implementação do Sistema de Qualidade, criando sinergias sistemáticas, onde se pretende fazer da melhoria contínua uma prática sustentada.

Foi aprovada a primeira revisão ao PPI e Orçamento de 2006, com um reforço de verbas no valor de 1.147.000,00€, resultante do somatório do saldo da conta de gerência do ano anterior com o valor de 99 900€ e 1.047.100,00€ proveniente de apoios comunitários, com projectos homologados recentemente e uma pequena parcela do Orçamento do Estado.

A execução do Orçamento e Plano Plurianual de Investimento do ano de 2006 é de 16,91% do valor orçamentado, sendo a receita cobrada de 6.252.444,34€. As receitas correntes atingiram 4.568.818,83€ e as receitas de capital contribuíram com 26,88% do total dos recebimentos. Os pagamentos foram de 5.966.634,22€, representando 16,14% do total previsto. A despesa de capital atingiu neste período, 2.442.114,52€ tendo sido financiada em 761.658,35€ por receita corrente.

Relativamente à taxa de execução do Plano Plurianual de Investimento a actual execução situa-se em 11,12 % com um valor de 1.994.857,32€.

1.1.1 – Secção de Taxas e Licenças

Neste período a receita cobrada foi de 208.215,33€. Deste valor, a receita de utilização das Piscinas situa-se em 38.632,96€. A receita proveniente dos Parques subterrâneos de estacionamento atingiu 26.884,25€. A venda de bilhetes do Teatro Municipal foi de 6.992,50€. A Receita proveniente de Publicidade atingiu 16.584,35€. Os Terrados da Feira contribuíram com 13.187,88€, para a receita do Município. A cobrança de Rendas de Habitações foi de 28.777,55€. As execuções fiscais e as contra-ordenações contribuíram com uma receita respectivamente 30.508,66€ e 19.878,12€ respectivamente.

O Serviço de Metrologia neste período, efectuou semanalmente a recolha da receita proveniente dos Parques de Estacionamento, subterrâneos e à superfície, desenvolveu a sua actividade na área Rural do nosso Município, iniciando no mês de Março a área Urbana.

No âmbito da actividade de Metrologia, registou uma receita de 3.727,37€.

1.1.2- Secção de Património e Aprovisionamento

Neste período foram inventariados 91 bens móveis distribuídos pelos serviços municipais. Está a decorrer a verificação física anual dos bens do activo imobilizado, dando cumprimento ao Regulamento de Cadastro e Património desta Autarquia e da Norma de Controlo Interno. Foram organizados 30 processos de consulta prévia; 2 processos de ajuste directo e 1 processo de concurso limitado.

1.1.3 – Tesouraria

Durante o trimestre os procedimentos (20 001 processos) foram realizados conforme as normas previstas e feitas as verificações conforme Norma de Controlo Interno, concluindo-se pela regularidade.

1.1.4 – Subsídios e Transferências para as Juntas de Freguesia

Para as Associações e outras Instituições, foram autorizadas transferências para investimento no valor de 94.246,40€ e para despesa corrente 7.600€. Desta verba, mais de 50% foi autorizada para a Associação Humanitária dos Bombeiros de Izeda.

Para as Juntas de Freguesia foram autorizadas transferências para investimento no valor de 143.725,26€, sendo os projectos mais significativos: apoio à conclusão dos Centros de Convívio de Oleirinhos e Lanção; conclusão do edifício sede da Junta de Freguesia de Quintela de Lapaças; recuperação de moinhos em Gondesende; ampliação dos cemitérios de Castrelos e Paradinha Nova; calcetamentos em Nogueira e Gimonde; melhoria do abastecimento de água nas aldeias de Grijó de Parada, Paçó de Mós e Rebordãos.

1.1.5 - Divisão Administrativa

Foram secretariadas as reuniões da Câmara Municipal, com a respectiva preparação de agendas, minutas e actas, distribuindo-as pelos diversos sectores e dando, a estes, o apoio correspondente para o bom funcionamento do serviço.

Foram preparadas as agendas dos assuntos a submeter à aprovação da Assembleia Municipal, com a produção de várias certidões e outros documentos, bem como o apoio necessário para que fosse possível a

distribuição das agendas e respectivos documentos pelos membros da Assembleia Municipal, estabelecendo assim a ligação dos Órgãos Colegiais do Município.

No âmbito da Higiene e Segurança e Saúde no Trabalho, foram realizadas consultas a 390 funcionários e exames a 300. Foi iniciado o processo de formação que levará à avaliação do desempenho dos funcionários durante o ano de 2005.

1.1.6 – Secção de Recursos Humanos

No âmbito das funções desta secção, foram organizados 3 concursos internos de promoção.

Encontram-se a decorrer os seguintes concursos para: Chefe de Divisão Cultural e Turismo; Chefe de Divisão Urbanismo e 9 concursos externos de ingresso. Foram organizados 2 processos de contrato a termo. Aguardam aposentação 2 processos. A nível de estágios foram organizados os seguintes processos: 2 estágios profissionais, 6 estágios curriculares e 2 estágios sócio-profissionais no Âmbito do Programa Vida-Emprego.

Face às orientações constantes do Orçamento de Estado para o ano de 2006, no que diz respeito ao limite de despesa com pessoal, foram adoptadas as necessárias medidas de contenção para tal objectivo.

1.1.7 – Secção de Remunerações

Foram concretizados todos os procedimentos inerentes à Secção: remunerações; progressões; abonos de família para crianças e jovens; balanço social; cadastro;

1.1.8 - Divisão de Informática e Sistemas

A nível da internet foi instalada uma nova versão de software para gestão dos conteúdos, sendo agora possível passar para os serviços algumas tarefas de actualização de conteúdos. Relativamente a aplicações de gestão, procedeu-se ao acompanhamento técnico e ao apoio necessário na resolução de problemas relacionados com as aplicações SIGMA, colaboração e acompanhamento na implementação da aplicação de “gestão de

actas”, colaboração e acompanhamento do arranque de “obras particulares”. Foi retomada a implementação do sistema de “gestão de assiduidade” através de uma formação e actualização do software.

Também se instalaram novos equipamentos e software em 9 estabelecimentos do ensino pré-escolar, no âmbito de uma candidatura ao programa operacional sociedade do conhecimento. Procedeu-se à configuração e instalação de equipamento e à ligação à internet no espaço público de acesso criado na biblioteca municipal, no âmbito de uma candidatura ao programa operacional sociedade do conhecimento. Procedeu-se, ainda ao reforço do parque tecnológico em diversos serviços através da instalação de novos PC’s e periféricos. *Em termos de gestão* interna elaborou-se um plano de contingência para os servidores, no tratamento de situações de rotina.

2 - DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL

2.1 - Área do Ensino

Relativamente à Escola Fixa de Trânsito, destaca-se que no período em análise, receberam formação 276 alunos de 35 escolas do 1ª Ciclo, do meio rural e urbano. Destaca-se ainda a organização da actividade: Dia da Árvore – actividade que por razões climatéricas não se realizou; 11ª Assembleia Jovem 2006 – Palavra aos Mais Novos, que decorreu sob o tema: ”A Água – Um bem precioso!”, com a participação de 12 escolas do meio rural e urbano e cerca de 190 alunos. Entre outras actividades, salienta-se, o acompanhamento das aulas de inglês e a participação nas actividades tendentes à elaboração dos Planos de Emergência Interna das escolas e edifícios Municipais.

2.2 - Área Cultural

Foram realizadas e apoiadas as actividades programadas para as salas de exposições e Teatro Municipal, salientando-se: exposições integradas nas Comemorações dos 542 anos da cidade de Bragança; Exposição Bibliográfica – Cem anos de literatura portuguesa; Exposição: “O Mundo dos Insectos”; Orgia – Artistas Unidos; III Mostra de Teatro envolvendo as seguintes escolas: Teatro de Estudantes de Bragança; Escola

Secundária Emídio Garcia; Curso de Animação e Produção Artística da ESEB; Escola Secundária da Sé; Escola EB2,3 Paulo Quintela; Escola Augusto Moreno e Escola Miguel Torga; Gala Internacional de Magia; Dia Mundial da Árvore; Dia Mundial da Poesia; Lançamento do livro *Às vezes a ternura vem assim...*; Stand-Up Comedy - Coçar onde é preciso. A média de ocupação da sala de espectáculos é elevada.

Na biblioteca, para além das tarefas correntes, prossegue o processo de informatização dos conteúdos.

2.3 - Área do Desporto

“Bragança Saudável, Bragança Solidária” – Passeio Urbano e Passeio Rural em Castro de Avelãs; Projecto de Expressão e Educação Físico - Motora: Natação com as escolas do 1º ciclo do Concelho de Bragança; Classes Orientadas da Piscina Municipal; Colaboração na realização do Torneio de Futsal da ANDEM; Preparação e organização do Torneio da Função Pública; Colaboração e organização do Torneio distrital de Natação do Desporto Escolar; Gestão dos equipamentos desportivos para a realização de campeonatos e torneios.

2.4 - Área Social

Continuação da actualização de dados para os apoios concedidos às escolas (escolas EB1 e jardins de infância) destinados ao seu funcionamento, especificamente nos apoios concedidos para higiene e limpeza, aquecimento e para actividades extracurriculares, informática e consumíveis de secretaria. Continuação da gestão de processos relacionados com o apoio dirigido à população do ensino básico (EB 1) e dos jardins-de-infância, assumindo mais de 200 refeições diárias apoiadas e os quase 250 suplementos alimentares diários neste último ano lectivo.

Finalização do processo de instrução dos processos e classificação final, face ao Regulamento de Inscrição no programa de promoção de Habitação do Bragança Jovem. A lista de classificação final dos candidatos já foi entregue à empresa e ao INH, tal como estabelecia o protocolo celebrado entre a Autarquia e as empresas envolvidas.

2.5 - Área do Turismo

Durante este período, foram atendidos, no posto de turismo municipal, 974 turistas, dos quais 378 Portugueses e 596 de nacionalidade estrangeira. Foi preparada a abertura do Parque de Campismo.

3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

3.1 - Divisão de Urbanismo

Aprovado o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – legitimidade para elaborar e subscrever projectos das especialidades, o qual estabelece as regras de qualificação técnica para a elaboração e subscrição dos projectos das especialidades, nos termos propostos pela Divisão de Urbanismo e Gabinete Jurídico.

Foi aprovada, tendo passado à fase de discussão pública, a 3.ª alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, prevendo-se uma redução nas taxas, correspondentes às cedências obrigatórias para espaços verdes e equipamentos de utilização colectiva, em operações de loteamento/ emparcelamento, das quais resulte apenas um lote para edificação urbana em áreas nas quais se pretende estimular a renovação urbana.

De salientar, relativamente aos meses de Fevereiro e Março, os seguintes dados relativos à construção urbana de iniciativa privada e sectores de actividade: foram analisados/aprovados 78 processos de licenciamento de obras, 23 processos referentes a loteamentos e 31 processos diversos no âmbito do Urbanismo.

3.2 – Divisão de Obras

A Divisão de Obras desenvolve o seu trabalho em várias vertentes, desde a manutenção e conservação de edifícios, conservação de vias urbanas, acompanhamento de empreitadas e trabalhos diversos, incluindo o apoio às Juntas de Freguesia com equipamentos diversos, e assegurar tarefas diversas relacionadas com a segurança e protecção civil.

Aprovada a abertura de concurso público para a execução dos projectos de redes e infraestruturas de saneamento nas aldeias de Sanceriz, Sendas, Fermentãos, Veigas de Quintela e Pombares.

Aceitação do elemento escultórico do nosso concidadão que viveu em França, Eurico Pires, a ser instalado pela Câmara Municipal em espaço público a definir, bem como a comparticipação na realização das despesas para a sua conclusão no montante de 4.285,00€.

Adjudicação da instalação de uma fonte com jogos de água, na rua Conde d'Areães um elemento elaborado em peças de granito, oferecida pela empresa Sopedra.

Aprovação do programa de concurso de ideias e respectivo caderno de encargos tendo em vista a escolha de solução técnica e economicamente adequada à requalificação da Av. João da Cruz, bem como autorizar a abertura do respectivo concurso público.

Aprovação do programa de concurso e caderno de encargos tendo em vista a elaboração do projecto de criação de um Centro de Investigação, Inovação e Acolhimento de Empresas e estudo de viabilidade de uma área de localização empresarial, bem como autorizar a abertura do respectivo concurso público. O processo envolve a realização de um estudo de caracterização do tecido empresarial do concelho, a inventariação do potencial científico local; a definição de áreas prioritárias de actividade económica; a identificação do modelo de parcerias para o lançamento do C.I.I.A.E. e estimativa de custos, bem como o estudo de concepção de uma área para a instalação de um pólo empresarial.

Os trabalhos das empreitadas em execução decorrem de um modo geral conforme o previsto, salientando os principais: Arranjo Envolvente da Catedral, em fase de conclusão das obras; Centro de Ciência Viva; Museu da Máscara e do Traje; Recuperação de Fachadas e Coberturas nos Edifícios da Cidadela; arranjos complementares no Centro Histórico; obras de calcetamentos (Sortes; Lanção; Viduedo e Failde); obras de saneamento básico.

Relativamente às obras de administração directa salienta-se os trabalhos de conservação de edifícios escolares; conservação de outros edifícios municipais, salientando obras de

remodelação do edifício do armazém central e área dos Serviços Sociais, tendo em vista assegurar maior eficácia na gestão centralizada dos armazéns e integração automática com a contabilidade.

3.3 - Divisão de Equipamento

No âmbito desta Divisão, procedeu-se ao arranjo e enchimento de caminhos, abertura de novos caminhos, conservação de bermas e valetas de estradas, apoio às Juntas de Freguesia com equipamentos diversos, e foram asseguradas tarefas diversas relacionadas com a segurança e protecção civil.

4 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

4.1 - Divisão de Saneamento Básico

Relativamente ao fornecimento de água à Cidade de Bragança, os sistemas cujo fornecimento assenta na água proveniente da estação de tratamento do Alto Sabor (Bragança, V. Lamas, Samil e Gimonde) é garantido, desde Outubro de 2005, exclusivamente da adução a partir do Porto Sabor. O consumo total de água proveniente do Alto Sabor foi, no primeiro trimestre de 2006, de 510.058m³ dos quais, em média, foram contabilizados para facturação e controlo cerca de 80%. Comparativamente a igual período de 2005, em que foram consumidos 582.191m³, houve uma redução de consumo em cerca de 12,4%. Relativamente à drenagem de águas residuais, ainda no primeiro trimestre de 2006, foram tratados na ETAR de Bragança 309.406m³, o que comparativamente com igual período de 2005 em que foram tratados 207.220m³, significou um acréscimo de aproximadamente 49%.

No âmbito da Secção de Águas, relativamente à área da Cidade foram realizados trabalhos diversos de conservação da rede de distribuição; execução de novas ligações; cortes de fornecimento; substituição de contadores. Na área rural destacam-se os trabalhos: Santa Comba de Rossas – ligação da água ao Lar; Paradinha de Outeiro – substituição de conduta desde o furo até à captação; Lanção - substituição de conduta

desde a captação ao depósito e reparação do mesmo; Samil – prolongamento da rede de abastecimento de água para a zona alta da aldeia e Veigas de Quintanilha – início da obra de execução de reservatório de 30m³ e ligação furo/reservatório/rede.

No âmbito da Secção de Saneamento, realizaram-se diversos trabalhos correntes de manutenção das redes de drenagem; desobstruções; reparação de fuga na conduta da estação elevatória da Ponte do Sabor, do emissário junto à ETAR e no ramal de saneamento na zona industrial das Cantarias; notificação dos habitantes para a separação da rede de águas pluviais e residuais da rede pública, nos Bairros da Cidade, bem como de posterior fiscalização dos trabalhos efectuados. Na área rural do Concelho, de destacar os trabalhos executados nas Freguesias de Sortes – reparação/execução de troço de saneamento e em Quintela de Lampaças – colocação de caixas à cota, vedação da ETAR e ramal de saneamento.

Foi ainda decidido, após reunião com as Juntas de Freguesia, proceder à aplicação de tarifas para fornecimento de água, tratamento de águas residuais e recolha de resíduos sólidos, para a área rural do concelho, com origem de água não proveniente da estação de tratamento da Junqueira, a implementar de forma progressiva. O tarifário aprovado faz uma discriminação positiva por as tarifas aprovadas serem mais baixas que na cidade. A colaboração das Juntas de Freguesia na manutenção e implementação do processo será retribuída com 40% da facturação.

Numa análise feita às receitas obtidas através da cobrança de água, incluindo as tarifas relativas ao fornecimento de água, saneamento e recolha e tratamento de lixos e comparando com as despesas totais, que envolvem fornecimento e tratamento de água, análises, encargos com recolha e tratamento de lixos, tratamento de esgotos, despesa com pessoal da Câmara associado aos sistemas, verifica-se existir uma despesa total de cerca de 2.700.000€, sendo a receita ligeiramente superior. Não estão contabilizadas as despesas com material e equipamento utilizado na manutenção. A amortização do

investimento só poderia ser assegurada se as tarifas fossem cerca de duas vezes superiores às praticadas.

4.2 - Divisão de Defesa do Ambiente

A Divisão de Defesa do Ambiente, nas suas actividades garantiu a execução de trabalhos no âmbito do sector Jardins e Cemitérios, sector de Mercados e Feiras e no sector da Manutenção Urbana.

Conforme informação já prestada, durante o ano de 2006, a orientação para os serviços foi a de concentrar recursos na manutenção e requalificação de espaços existentes, com reposição de árvores e arbustos perdidos durante o ano de 2005, face à grave seca que ocorreu, o que obrigou a aquisições superiores a 100 000 euros. A requalificação de alguns espaços e a execução de novos espaços está a ser conduzida no sentido de menores consumos de água.

Foram plantadas cerca de 800 árvores e cerca de 12 000 arbustos nas áreas mais afectadas como seja: jardim central da Braguinha; jardim da Estação Rodoviária; jardim do Polis; separador da Av. das Cantarias; Casa do Lavrador; Parque Bartolomeu de Gusmão. Apoiadas as Juntas de Freguesia com o fornecimento de árvores e arbustos.

No sector da manutenção urbana nas três áreas de intervenção existentes, controlo e fiscalização da R.S.U., serviços de manutenção e sinalização urbana e actividade de cemitérios e inspecção sanitária, foram assegurados os necessários serviços.

4.3 - Divisão de Transportes e Energia

No âmbito desta Divisão, destaca-se a manutenção corrente das instalações eléctricas, incluindo os sistemas semaforicos, os sistemas de bombagem, fontes luminosas, sistemas de aquecimento e centrais hidroeléctricas.

Salienta-se que a produção de energia no 1º trimestre de 2006, teve um resultado de 253.240,66 €, constatando-se um aumento de 49,78% relativamente ao mesmo período de 2005.

De salientar também que a nível dos transportes urbanos, está a ser implementado um novo sistema informático de gestão integrado, em resultado das alterações realizadas, consequência do aumento da frota e número de linhas.

Foi realizada a adjudicação, por ajuste directo, à empresa ANA, aeroportos de Portugal, S.A., dos seguintes trabalhos: regulação do Sistema de Papis da Pista do Aeródromo e a proposta de avaliação da capacidade de carga e do atrito do pavimento da pista 20-20.

Igualmente por ajuste directo foram adjudicados à NAV, Portugal E.P.E. os serviços de consultoria/ supervisão relativos à aquisição do VOR/DME, envolvendo a preparação do concurso, acompanhamento da fiscalização, certificação em voo, elaboração do processo de licenciamento, colocação em operação e emissão do NOTAM e inserção no AIP- Manual do Piloto Civil.

Foram actualizadas as tarifas dos transportes urbanos de acordo com a taxa de inflação fixada pelo INE (2,3%).

4 - Outros assuntos

Autorizada a ACISB a realizar a feira das Cantarinhas, nos dias 2 e 3 de Maio e a XX Feira de Artesanato, nos dias 29 e 30 de Abril e 1, 2 e 3 de Maio, tendo como base um protocolo de colaboração que autoriza esta associação a proceder à cobrança das receitas da Feira, comprometendo-se a Câmara Municipal a comparticipar até 14.746,40€.

Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Paradinha Nova, relativo à cedência a título precário da escola EB1 para instalação de um núcleo de memória ligado às actividades com o rio e a sede do Grupo Cultural e Recreativo “os Cucos”.

Tomada de posição sobre a actual situação dos serviços públicos e das obras estruturantes em falta no Concelho – “Sim, Somos Portugal”, aprovada em Reunião de

Câmara de 27 de Março último, pela qual a Câmara Municipal passará a ter sempre hasteada a bandeira de Portugal nos edifícios municipais, convidando as outras instituições públicas do concelho e freguesias a procederem de igual forma, convidando, também, todos os Bragançanos a marcar presença no dia 10 de Junho, para formar um cordão humano à volta do Hospital.

Foi elaborado o estudo, designado de Sistema Central Multimodal Bragança – Puebla de Sanábria, com definição do traçado da ligação (IP2) entre Bragança e Puebla de Sanábria, baseando o conceito na autoestrada A4, Autovia A52, Aeroporto Regional de Bragança, ferrovia de alta prestação (TGV) em Espanha / Puebla de Sanábria, enviado ao Senhor Primeiro Ministro, de Portugal, Ministro das Obras Públicas, Presidente da Junta de Castela e Leão e outras entidades públicas.

Geminação entre as cidades de Bragança e León, na sequência da cerimónia realizada em Bragança, decorreu na cidade de León, no dia 24 de Fevereiro, na Sala de Actos do Ayuntamiento, a cerimónia oficial de assinatura e troca das cartas de geminação.

No dia 8 de Abril, procedeu-se, após a abertura da feira do foliar em Izeda, à cerimónia de inauguração do jardim Alves da Veiga e descerramento de um Busto, em homenagem feita pela Câmara e Junta de Freguesia, ao cidadão Alves da Veiga, natural de Izeda, republicano que a 31 de Janeiro de 1891, na cidade do Porto, proclamou a República, na qualidade de chefe civil da revolta iniciada pelos sargentos e que seria derrotada. À homenagem associaram-se muitos cidadãos e também um elevado grupo de associados da Associação Cívica e Cultural 31 de Janeiro.

5 – INFORMAÇÃO RELATIVA A EMPRESAS E ASSOCIAÇÕES PARTICIPADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL

Fundação os Nossos Livros - tem como objectivo contribuir para o enriquecimento cultural da região de Bragança, mantendo uma biblioteca de consulta pública e a partir

do ano de 2004, associou a vertente da música ao assumir um protocolo de colaboração com a Câmara Municipal, a gestão administrativa, pedagógica e financeira do Conservatório municipal de Música. Durante o ano, as actividades promovidas pela Fundação foram diversas a nível social e cultural, tendo reunido por duas vezes os antigos directores, numa espécie de conselho estratégico. As actividades mais recentes relacionadas com o Conservatório de Música decorreram bem, tendo a actividade, em parte, sido financiada através de contrato de patrocínio com a DREN. O número de alunos é de cerca de centena e meia, e o número de professores de quinze. A despesa total da Fundação foi de 140.502,95€, tendo a generalidade do financiamento sido assegurado através de fundos próprios, propinas dos alunos, transferências da DREN e da Câmara Municipal.

BRAGANÇAPOLIS - Sociedade para o Desenvolvimento do programa polis em Bragança, S.A. desenvolveu como principal actividade a requalificação urbana e valorização ambiental da cidade de Bragança. De acordo com o relatório do administrador Liquidatário, a sociedade encerra as contas do exercício de 2005, com um activo de 24.680.685,61€, devidamente certificadas, para um orçamento previsto no plano estratégico de 24.320.024€ (s/ IVA).

As dívidas de curto prazo a terceiros, fornecedores e a instituições de crédito eram de 3.990.705,32€, existindo créditos relacionados com fundos comunitários e uma dívida total máxima estimada de 2.220.720,03€ a realizar pelos accionistas.

M.M.B. – MERCADO MUNICIPAL De BRAGANÇA, E.M., constituída como sociedade anónima a 23 de Julho de 2001, com o objectivo de construção, gestão e exploração do novo mercado Municipal de Bragança e das suas envolventes directas, o qual se destina ao comércio por retalho de produtos alimentares e não alimentares e, bem assim, à prossecução de outras actividades complementares ou subsidiárias. Tem a 31 de Dezembro de 2005, um total de balanço de 5.421.335,93€, um total de capital próprio de 494.086,83€ e um resultado negativo de 144.954,63€, valor inferior ao de 2004 (175.389€) e que tem reduzido todos os anos, em resultado do aumento das vendas

e prestações de serviços. O valor das amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo foi de 142.987,11€ e o valor dos juros suportados com empréstimo de médio longo prazo de 69.000,03€. No Mercado, nas várias actividades, estão activos 136 postos de trabalho, tendo iniciado com 68. O número de postos de trabalho transferidos do antigo para o novo Mercado foi de 15 (pessoas).

ASSOCIAÇÃO DO CYBERCENTRO DE BRAGANÇA

Tem por objectivo a demonstração prática e fomento do uso das tecnologias de informação, comunicação e multimédia, tem a sua sede no Mercado Municipal de Bragança. O número de utilizadores ao longo do ano superou os trinta mil utilizadores. O valor das receitas próprias foi de 56.390,62€. Os resultados correntes foram de - 41.815,31€, tendo a Associação sido auto-suficiente para suprir as necessidades de tesouraria, com um resultado líquido do exercício de 108,41€.

TERRA FRIA CARNES Lda.

No ano de 2005 verificou-se uma alteração no capital social da empresa, tendo a Associação de criadores de Gado de Bragança procedido à aquisição da quota detida pela Cooperativa Agrícola Agro-Pecuária Mirandesa (26%), passando, assim os agricultores do Concelho, através da Associação de Criadores, a deter 51% do capital social, ou seja, a maioria, mantendo a Câmara Municipal 49% do capital social.

A nível do pessoal, a empresa manteve 11 funcionários, à semelhança do ano anterior, sendo que se trata do número mínimo para funcionamento da mesma.

No que se refere ao serviço de abate, em 2005, registou-se um decréscimo de 126 105 Kg, em relação ao ano de 2004, registando-se a maior quebra no abate de bovinos no valor de 111 870 Kg. Esta situação deve-se essencialmente a dois factores: a saída do matadouro da raça mirandesa que representava cerca de 20 ton./mês, e sobretudo à crescente entrada de carne estrangeira (a maioria de origem espanhola) no mercado de Bragança, quer nos hipermercados quer nos talhos.

Deve ser referido que o aumento da venda de carne estrangeira penaliza significativamente a produção pecuária do concelho.

É obvio que a diminuição do serviço de abate, prestado pelo matadouro no ano de 2005, teve uma incidência significativa nas contas da empresa.

A nível da actividade, em 2005, o volume de Vendas e prestação de Serviços cifrou-se em 266 124,55€, o que traduz um decréscimo de 35 050,68€ em relação a igual período do ano passado, com maior reflexão nas prestações de serviços. Apesar de a empresa ter mantido igual número de postos de trabalho que no ano anterior a despesa foi inferior em 11 301,29€. O valor das amortizações de 114 460,53€.

Pela análise da demonstração de resultados do exercício de 2005, verifica-se que o exercício foi influenciado pela diminuição das vendas e prestações de serviços, o que originou uma diminuição do volume de negócios. Neste exercício a empresa registou um Resultado Líquido do Exercício no valor de – 134 884,71€.

A nível financeiro torna-se necessário proceder, no corrente ano, ao aumento de capital social já previsto em 2005, bem como proceder a uma reavaliação do imobilizado corpóreo (terrenos), e a eventual alteração da estrutura do capital social e da estratégia e intervenção da empresa.

Município de Bragança, 12 de Abril de 2005

O Presidente da Câmara Municipal

a) António Jorge Nunes, Eng.º Civil

-----**TOMADO CONHECIMENTO.**-----

----- **Júlio de Carvalho** – Apresentou, por escrito, a seguinte -----

“PROPOSTA

1 – A reforma a tributação do património sofreu, ultimamente, importantes alterações.

2 – Reforma esta que abrangeu a contribuição autárquica, a Sisa e o imposto sobre sucessões e doações, tendo este sido abolido para as transmissões por morte e doações a favor do Cônjuge, ascendentes e descendentes.-----

3 – A contribuição autárquica e a Sisa foram abolidas, criando-se, em sua substituição, o imposto municipal sobre os imóveis (IMI) e o Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT) para as transmissões onerosas.-----

4 – Tratando-se de impostos municipais, foi reforçado o papel dos Municípios na avaliação e na decisão quanto à concessão de “benefícios fiscais”.-----

5 – Assim, quer no IMI, quer no IMT é admitida a intervenção das Câmaras Municipais na modulação das taxas, ouvida a Assembleia Municipal. -----

6 – Como é da responsabilidade das Câmaras Municipais a fixação de taxas e licenças a pagar pelos Munícipes, ouvida a Assembleia Municipal.-----

7 – Considerando que às decisões de fixação de taxas e licenças não pode ser estranha a preocupação da Assembleia Municipal com o fomentio e desenvolvimento local e estímulo à actividade económica no Concelho;-----

8 – Considerando a especificidade rural do Concelho e o estado do Centro Histórico da Cidade, a pedir a sua recuperação e ocupação habitacional;-----

9 – Considerando a multiplicidade dos prédios degradados do Concelho;-----

10 – Considerando a importância do estímulo à construção como factor de desenvolvimento e à implantação de empresas, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe o seguinte:-----

Seja criada, nesta Assembleia, uma Comissão de estudo, análise e acompanhamento das actividades económicas do Município, com vista a apoiar a Câmara Municipal na sua acção de promoção do desenvolvimento e fomento da actividade económica, constituída pela Mesa da Assembleia, dois membros do PSD, dois membros do PS, dois Presidentes das Juntas de Freguesia, um membro da CDU e um membro do Bloco de Esquerda. -----

O Proponente -----

a) Júlio de Carvalho” -----

----- Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente setenta e seis membros presentes. -----

----- PONTO 4.2 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL RELATIVOS AO ANO DE 2005.-----

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara e previamente distribuída pelos membros. -----

I - CERTIDÃO

----- **MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER**, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

----- Certifica que na acta da reunião ordinária realizada no dia vinte e sete de Março do ano de dois mil e seis, devidamente aprovada e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

----- **“DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2005:-----**

----- Em cumprimento do estabelecido na alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foram presentes para aprovação os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2005, elaborados no âmbito do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as sucessivas alterações e de acordo com a resolução n.º 04/2001-2ª Secção, Instruções n.º 01/2001 do Tribunal de Contas.

----- Os referidos documentos são constituídos pelo Relatório de Gestão e Mapas e Anexos às Demonstrações Financeiras, comportando estes últimos o Balanço, a Demonstração de Resultados e os Anexos às Demonstrações Financeiras. -----

----- Os documentos em apreciação, elencados no ANEXO I, das Instruções n.º 01/2001 do Tribunal de Contas, encontram-se integralmente elaborados e devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado. Destes não constam o mapa dos Subsídios Concedidos (ponto 8.3.4.3 do Pocal), e os mapas dos Activos de Rendimento Fixo e Variável (pontos 8.3.5.1 e 8.3.5.2 do Pocal) pelo facto de os mesmos não assinalarem movimentos.

----- O Balanço do ano de 2005 apresenta um activo líquido no valor de 119.452.491,36€, registando os fundos próprios e o passivo igual montante.

----- A demonstração de resultados apresenta custos na ordem dos 22.038.925,35 € e proveitos no montante de 24.740.543,08 €, originando um resultado líquido do exercício positivo de 2.701.617,73 €.

----- No mapa dos fluxos de caixa estão discriminadas as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental quer às operações de tesouraria, onde se evidenciam também os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte) desagregados de acordo com a sua proveniência.

----- Este mapa apresenta, na gerência de 2005, os seguintes valores:

----- Um total de recebimentos no valor de 32.147.449,91 €, que compreendem 380.156,99 € do saldo da gerência anterior, 30.583.162,20 € de receita orçamental (receitas correntes no montante de 19.616.737,89€, receita de capital no montante de 10.950.870,78 € e o valor de 15.553,53 € relativo a outras receitas) e 1.184.130,72 € de operações de tesouraria.

----- Foram efectuados pagamentos no valor total de 31.961.230,99 €, correspondendo 30.780.422,10 € a despesas orçamentais (despesas correntes no montante de 15.539.478,38 € e 15.240.943,72 € de despesas de capital), e 1.180.808,89€ relativo a operações de tesouraria.

----- Estes valores evidenciam um saldo de 186.218,92 € a transitar para a gerência do ano seguinte, sendo o seu valor de 99.977,99 € referente à execução orçamental e 86.240,93 € referente a operações de tesouraria.

----- Assim, propõe-se que a aplicação do resultado líquido do exercício no valor de 2.701.617,73€, seja aplicado da seguinte forma: Constituição de reservas legais no valor de 135.080,89€ e o restante no valor de 2.566.536,84€ para reforço do Património

----- **Pelo Sr. Presidente foi feita a seguinte apresentação do documento, de prestação de contas relativo ao ano de 2005:**.....

----- “A execução do orçamento da receita e da despesa, do ano de 2005 foi respectivamente de 74,73% e 75,21%, ou seja uma execução a rondar os 75%, enquanto no ano de 2004 esse valor foi de 80%. Para um orçamento previsional inicial de receita de 40.377.660,00 euros, obteve-se uma execução de 30.780.422,10 euros. A receita foi superior à do ano de 2004, tendo a execução corrente sido de 93,88% e a de capital de 62,54%. Já o volume de compromissos assumidos atingiu o valor de 37.827.462,59 euros, tendo como justificação principal, o facto de as condições climatéricas terem garantido um ciclo continuado de execução de obras o que permitiu às empresas antecipar prazos de execução.

----- A diminuição da receita global teve como causa a baixa execução relativa às transferências de capital, resultado de atrasos de recebimentos de verbas FEDER e da não venda de bens de investimento. Em termos comparativos com o ano de 2003, ano de máxima realização de receitas de capital, é de salientar encontrarmo-nos em fase de encerramento do III QCA e por isso até meio do ano de 2008, a tendência será de diminuição.

----- A estrutura de execução orçamental evidencia um bom equilíbrio, sendo as receitas correntes de 19.616.737,89 euros, ligeiramente superior à de 2004 (19.085.739,00) originando uma poupança corrente utilizada para investimento, situação que vem sendo consolidada desde o ano de 1998, tendência que deve ser continuada.

----- A gestão municipal deve ter presente um significativo e também equilibrado esforço de arrecadação de receitas correntes, já que representam fluxos financeiros mais estáveis comparativamente às receitas de capital, por o acesso a estas tender a diminuir, no âmbito do orçamento municipal já durante o próximo QCA e de forma mais acentuada na fase seguinte, o que exige políticas de elevado rigor, de medidas nem sempre fáceis, mas necessárias tendo ainda em conta o facto de nos situarmos na sub-região de Alto Trás-os-Montes, a mais deprimida do país, uma das menos desenvolvidas da Europa.

----- A receita corrente de 2005, subiu relativamente ao ano de 2004 em 2,78%, valor aceitável tendo em conta tratar-se de um ano em que a economia do país esteve estagnada, e

também à diminuição de receitas na venda de bens e serviços correntes, resultado da baixa de consumo de água e venda de electricidade que se situou em 40% do ano de 2003.

----- A receita de capital ascendeu a 10.950.870,78 euros, relativamente ao ano anterior, teve um aumento de 11,05%, destacando não ter sido realizada qualquer verba pela rubrica de venda de bens de investimento.

----- A receita global do município, na última década, aproximadamente duplicou, o mesmo se tendo verificado com as receitas próprias, face à evolução da actividade económica no município e à melhor organização da actividade municipal, sendo que esta deve corresponder ao mais importante vector de acção tanto sob o ponto de vista da qualidade do serviço prestado, como da sustentabilidade orçamental.

----- Nos últimos dois mandatos, as receitas tiveram a seguinte proveniência: fundos comunitários 17,60%; empréstimos 6,40%; receitas próprias 35,49% e de transferências de fundos da Administração Central 59,49%.

----- A despesa paga foi de 30.780.422,10 euros, sendo 15.539.478,38 correspondente a despesa corrente e 15.240.943,72 a despesa de capital. A despesa corrente cresceu no ano de 2005, em 10,84%, reflexo de um aumento de serviços prestados à comunidade, resultado do aumento dos espaços verdes, garantia de qualidade no fornecimento de água, sector de ensino, serviços culturais e desportivos, aumento das áreas de limpeza urbana e do serviço associado. O aumento da despesa com pessoal foi de 3,12%, representando 40,55% do orçamento corrente e de 20,47% da despesa global, enquanto no ano de 2004 representava 21,10%. Os limites legais de despesa com pessoal situaram-se em 37,85% e 18,65% dos limites legais impostos.

----- A despesa de capital paga foi de 15.240.943,72 euros, o que correspondeu a uma taxa de execução de 62,54%, e um crescimento de 2,04% relativamente ao ano de 2004. O maior peso no conjunto da despesa é da rubrica de aquisição de bens de capital, correspondente ao investimento directo do município, no valor de 10.919.976 euros, e que revela uma diminuição de 3,19% relativamente ao ano anterior, resultado do aumento na rubrica de transferências de capital, destinadas às instituições sem fins lucrativos e Juntas de Freguesia, com um acréscimo

de 28,01% em relação ao ano de 2004 e ao aumento da rubrica passivos financeiros, correspondente à amortização de dividas para com instituições de crédito.

----- O investimento realizado no último mandato, foi em média financiado em 37,23% pelos fundos comunitários; em 13,26% com recurso ao crédito bancário e 49,51% com recursos próprios, salientando a importância dos fundos comunitários na concretização de um importante ciclo de investimento que marca a gestão municipal dos últimos oito anos. Assim, comparando os três últimos mandatos temos que, o mandato de 1998/2001, o investimento foi 2,21 vezes superior ao de 1994/1997 e o de 2002/2005 foi de 2,89 vezes superior ao mandato atrás referido. Nos rácios referidos, não está contabilizado o investimento realizado através das empresas participadas pela Município, seja em investimentos de requalificação urbana, seja em investimentos em equipamentos ligados à área económica.

----- Com uma elevada captação de fundos comunitários, conseguimos manter um período extenso em que o investimento foi superior à despesa corrente, e concretizar a construção de importantes equipamentos culturais, desportivos, de transportes e acessibilidades, de modernização e qualificação do espaço público urbano, de construção de infra-estruturas de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos e de saneamento básico colocando o nosso concelho nesta área muito acima da média do país. Novas oportunidades foram garantidas aos cidadãos, assegurando melhor qualidade de vida e bem-estar, cumprindo assim a Câmara Municipal algumas das suas importantes atribuições de natureza pública e social, situação que por sua vez representa inevitáveis aumentos nas despesas correntes.

----- A estrutura da despesa teve a seguinte configuração: despesa com pessoal 20,47%; aquisição de bens e serviços 23,24%; juros e outros encargos 1,03%; transferências correntes 4,45%; e outras despesas correntes 1,31%; aquisição de bens de capital 35,48%; transferências de capital 7,72%; activos financeiros 1,33%; passivos financeiros 4,98%.

----- A repartição da despesa por unidades orgânicas, teve a seguinte realização: Administração Autárquica 33,37%; Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira 3,14%; Departamento de Obras e Urbanismo 36,17%; Departamento de Serviços Municipais 17,66% e Departamento Sócio Cultural 9,66%. Destaca-se, nas referidas unidades orgânicas, relativamente à média dos últimos quatro anos uma tendência de perfil uniforme, com a

distribuição das despesas totais a ser concentrada no Departamento de Obras e Urbanismo, embora ao longo deste período e devido ao abrandamento das despesas globais, com excepção do ano de 2003, a sua importância tenha vindo a decrescer ligeiramente.

----- A execução do Plano Plurianual de Investimentos foi de 60,04%. As funções gerais assumiram 11,86% da realização; as funções sociais 59,67% e as funções económicas 28,47%. Da leitura dos valores desagregados, destacam-se três grandes áreas de investimento: habitação e serviços colectivos representando 40,77%; transportes e comunicações com 25,75% e serviços culturais, recreativos e religiosos com 14,25%. Analisando os projectos mais relevantes, surgem por ordem de grandeza, os investimentos: rede viária e sinalização com 18,37%; urbanização com 11,14%; saneamento com 10,33%; habitação com 10,16%; transportes aéreos 6,61%; material de transporte 5,82% e desporto recreio e lazer 5,71%.

----- A dívida total do município, de curto médio e longo prazo é de 16.190.663 euros o que representa 52,60% da receita global. Temos assim um aumento de dívida de 2004 para 2005 de 15,12%, que será atenuada durante o exercício de 2006. Se compararmos com a situação em Janeiro de 1998 temos uma situação incomparavelmente boa, visto que nesse período a dívida global representava 105,37% da receita global ou seja duas vezes mais. Em termos absolutos se actualizada a referida dívida para Dezembro de 2005 ascenderia a 18.598.996,00 euros, ou seja superior em 2.127.085 euros.

----- Apesar da redução em 50% ao limite de endividamento, que se mantém desde o ano de 2004, a Câmara está ainda abaixo do limite imposto, salientando que em 2005 foi finalizado o pagamento de um dos empréstimos e que no valor de cálculo da capacidade disponível há valores incluídos em amortizações e juros que deverão em próximo calculo ser retirados, correspondentes a empréstimos contraídos para financiamento de projectos com participação de fundos comunitários.

----- A demonstração de resultados evidencia um resultado líquido positivo de 2.701.618 euros, consequência dos resultados operacionais do valor de 4.918.308 euros, dos resultados financeiros de 736.161 euros, dos resultados correntes com o valor de 5.654.469 euros e dos resultados extraordinários com o valor negativo de 2.952.852 euros. Os resultados

extraordinários representam essencialmente as transferências de capital para as Juntas de Freguesia e outras Instituições sem fins lucrativos. A leitura deste resultado deverá ter presente a finalidade de acção da Administração Local.....

----- Quanto à estrutura e evolução patrimonial da Autarquia, salienta-se que o activo cresceu para 119.452.491 euros resultado do aumento em 17.859.250 euros, o equivalente a 17,58%, crescimento assegurado pelo aumento do activo fixo. Os fundos próprios registaram um acréscimo de 16,12%, em resultado do incremento do património e das reservas, no valor de 11.276.310 euros. O passivo aumentou 20,82%, contributo do aumento dos acréscimos e diferimentos, do aumento das dívidas a terceiros e do reforço das provisões para riscos e encargos.....

----- Quanto aos recursos humanos da autarquia, houve um acréscimo no número de lugares de pessoal em exercício de funções, face ao ano de 2004.....

----- A utilização de novos equipamentos culturais, de transporte, bem como a extensão da disciplina de Inglês a alunos do ensino básico, originou um aumento de colaboradores de pessoal contratado. Os quatro docentes de língua inglesa, os sete motoristas de autocarros e os nove auxiliares de acção educativa são o reflexo dessa extensão.

----- O Executivo (4), o Gabinete de Apoio Pessoal (3), o Pessoal do Quadro (354), acrescido do pessoal em qualquer outra situação (48), totaliza 409 colaboradores.....

----- O absentismo registou uma diminuição ao longo deste ano. Mesmo assim convém esclarecer que a natureza das faltas, resulta sobretudo de doença prolongada que se distribui por 45 funcionários. A morosidade das juntas médicas é responsável por uma elevada percentagem do absentismo existente.

----- No ano de 2005 a formação de pessoal Dirigente e Chefias, preparando-os para os desafios da modernização e de amplos conhecimentos em organizações, continuou a ser relevante na política de gestão de recursos humanos da Autarquia. Para além desses destinatários, proporcionou-se formação a todo o pessoal do quadro, no âmbito da implementação do Sistema de Qualidade, criando sinergias sistemáticas, onde se pretende fazer da melhoria contínua uma prática sustentada.”

----- Depois de amplamente debatido foi este assunto posto à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar todos os documentos de Prestação de Contas relativas ao ano de 2005, dos quais ficam cópias arquivadas em pasta anexa ao livro de actas, para produzirem todos os efeitos legais.

----- Ainda foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar que a aplicação do resultado líquido de exercício, conforme proposto pela Divisão Financeira, seja da seguinte forma: 135.080,89 € para reservas legais e 2.566.536,84 € para reforço do Património.

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, submeter à apreciação da Assembleia Municipal os referidos documentos nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

----- Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

----- Município de Bragança e Expediente Geral, 10 de Abril de 2006.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier. -----

II – RELATÓRIO DE GESTÃO E PESTAÇÃO DE CONTAS 2005

-----Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com sessenta e dois votos a favor, dezasseis votos contra e zero abstenções, estando momentaneamente setenta e oito membros presentes.-----

----- PONTO 4.3 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE 1ª. REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2006.-----

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara e previamente distribuída pelos membros. -----

I- CERTIDÃO

----- **MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:**

----- Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dez de Abril do ano de dois mil e seis, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Vice-Presidente, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, que presidiu, e Vereadores, Arq.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes e Prof. António José Cepeda, se encontra uma deliberação, do seguinte teor.....

“PROPOSTA DA 1ª. REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO PARA O ANO DE 2006.....

-----Presente a proposta da 1.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimento para o ano de 2006.

----- As revisões ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimento, encontram-se previstas no POCAL e executam-se perante situações perfeitamente tipificadas que obedecem a princípios e regras previsionais legalmente aprovadas naquele diploma.

----- Consta no POCAL que, apurado o saldo da gerência anterior, após aprovação da prestação de contas respectiva, pode o saldo apurado ser contrapartida para a assunção obrigatória de uma revisão orçamental.....

----- Também o excesso de cobrança de receita, relativamente à totalidade de receita prevista, dá lugar a uma revisão ao Orçamento.....

----- As revisões do PPI ocorrem sempre que as modificações orçamentais impliquem um acréscimo de despesa nos projectos do ano em curso.

----- A revisão agora proposta tem por base, o apuramento do saldo da gerência do ano anterior, no valor de 99 900,00 euros e o acréscimo de receita que se traduziu num reforço de 1 047 100,00 euros resultante da recente homologação dos seguintes projectos comparticipados:

----- Potenciação e desenvolvimento competitivo dos recursos de uso empresarial – 222 000,00 euros;

----- Valorização, promoção e conservação de recursos patrimoniais e naturais através de um “novo” itinerário turístico-cultural das antigas vias romanas XVII e XVIII que ligam Astorga a Braga – 73 600,00 euros;

----- Promoção do desenvolvimento empresarial II – 150 000,00 euros;.....

----- Mascaradas: promoção turística e cultural transfronteiriça – 225 000,00 euros: ...

----- Sistema de prevenção e actuação em situações de emergência provocadas por riscos naturais e tecnológicos – 82 500,00 euros;

----- Apetrechamento das escolas do ensino pré-escolar – 6 600,00 euros.

----- Remodelação e conservação do edifício da extensão de saúde de Izeda – 203 175,00 euros;

----- Comparticipação do Orçamento de Estado na remodelação e conservação do edifício da extensão de saúde de Izeda – 67 800,00 euros;

----- Norça – 4.^a Feira internacional do Norte – 16 300,00 euros.

----- Estas receitas e ainda a anulação de 190 000,00 euros traduzem-se numa libertação de meios que permite reforçar outros projectos do PPI, e ainda um reforço de pequenas rubricas do orçamento corrente no valor de 81 000,00 euros.

----- O Orçamento da Receita e Despesa continuam equilibrados, passando de um total de 36 965 800,00 euros de dotações iniciais para um total de 38 112 800,00 euros de dotações corrigidas.

----- O Plano Plurianual de Investimento que apresentava um montante definido de 17 939 500,00 euros, depois de incorporado o valor dos projectos na receita, passou para um total de 19 005 500,00 euros.

Após análise e discussão, foi deliberado, com os votos a favor dos Srs., Vice-Presidente, Eng^o. Rui Afonso Cepeda Caseiro, e Vereadores, Arq^o. Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr^a. Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.^a Isabel Maria Lopes e uma abstenção do Sr. Vereador, Prof. António José Cepeda, aprová-las, das quais ficam cópias arquivadas em pasta anexa ao Livro de Actas, para produzirem todos os efeitos legais.

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, submete-las à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 64.º e da alínea b) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”

----- Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

----- Município de Bragança e Expediente Geral, 10 de Abril de 2006.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

II – 1ª. REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2006

-----Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com sessenta e dois votos a favor, zero votos contra e dezasseis abstenções, estando momentaneamente setenta e oito membros presentes.-----

PONTO 4.4 – TOMADA DE POSIÇÃO PERANTE O PODER CENTRAL SOBRE ASSUNTOS RELATIVOS AO HOSPITAL DISTRITAL DE BRAGANÇA. -----

----- **Lídio Correia** – Apresentou, por escrito, as seguintes propostas: -----

1ª. “PROPOSTA

Em 19 de Dezembro de 2005 e sob proposta do Sr. Presidente da Câmara, a Assembleia Municipal aprovou um documento em que exige a manutenção da Maternidade e a construção de um novo Hospital, ou ampliação do actual, bem como a conseqüente viabilização e valorização da Escola Superior de Saúde de Bragança. --

Considerando a falta de respostas coerentes quer do Ministério da Saúde quer do Centro Hospitalar entretanto criado, e considerando a proposta de luta do Executivo Camarário, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 21 de Abril de 2006, decide, independentemente de outras atitudes que sobre este assunto venha a tomar, apoiar activa e empenhadamente o cordão humano proposto.-----

Bragança, 21 de Abril de 2006 -----

Os eleitos da CDU: -----

a) Lídio Alberto Correia e Luís de Sousa Costa”. -----

Enviar a:

Primeiro Ministro, Ministro da Saúde, Grupos Parlamentares e Comunicação Social.----

-----Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, com cinquenta e quatro votos a favor, treze

abstenções e zero votos contra, estando momentaneamente sessenta e sete membros presentes. -----

2ª. “PROPOSTA

----- Por unanimidade, decidiu esta Assembleia, em 17/02/06, "mandatar a Comissão Permanente para diligenciar no sentido da realização de uma reunião com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste **para conhecimento dos objectivos e estratégias do Centro Hospitalar.** -----

----- Este pedido insere-se nas competências da AM, representante máxima das populações do município, preocupadas face à perda, esvaziamento ou menorização dos serviços de saúde, do concelho e do distrito. -----

----- Por outro lado, o diálogo entre instituições, e destas com as populações, para além de uma obrigação, é salutar, benéfico e propiciador de soluções mais adequadas, mais eficazes e mais eficientes. -----

Não entendeu assim o Sr. Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar, nem entende o que é a Assembleia Municipal ou o papel dos eleitos pelo Povo. E por isso, ao pedido formulado respondeu com uma carta arrogante, provocadora e no mínimo desrespeitosa para com a Assembleia Municipal e para com as populações que a elegeu. -----

Porque não vale a pena dialogar depois de tomadas as decisões, e considerando este comportamento de afronta, indigno de um funcionário do Estado de Direito Democrático, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 21 de Abril de 2006 decide: -----

Apresentar um veemente protesto pelo teor da carta de 20/03/06 do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste. -----

Bragança, 21 de Abril de 2006. -----

Os eleitos da CDU: Ldio Alberto Correia e Luís de Sousa Costa

Enviar a:

Primeiro Ministro, Ministro da Saúde, Grupos Parlamentares e

Comunicação Social”.-----

----- **Após análise e discussão da proposta, foi a mesma submetida a votação tendo sido reprovada, por maioria qualificada, com cinquenta e três votos contra, seis votos a favor e seis votos de abstenção, estando momentaneamente sessenta e cinco membros presentes.** -----

Fizeram declaração de voto os seguintes membros: Victor Prada, Jorge Novo e Luís Afonso.-----

----- **Henrique Ferreira** – Apresentou, por escrito a seguinte -----

“PROPOSTA

----- Considerando que o Conselho de Administração do centro Hospitalar do Nordeste reviu a sua atitude no sentido da dignificação da Assembleia Municipal de Bragança como representante legítima das populações do Concelho:-----

----- A Assembleia Municipal, reunida em 21 de Abril de 2006, solicita àquele Conselho uma reunião urgente para debater os problemas da reorganização dos Serviços de Saúde. -----

----- Bragança, 21 de Abril de 2006-----

a) Henrique da Costa Ferreira”. -----

----- **A proposta não foi aceite por o objecto da deliberação a fazer já estar anteriormente concretizado (reunião com a Administração do Centro Hospitalar).** -----

----- **Luís Afonso** – Apresentou, por escrito, a seguinte -----

“MOÇÃO

Considerando a recusa que a Administração do Centro Hospitalar do Nordeste, manifestou face a solicitação formulada pela Mesa da Assembleia

Municipal de Bragança, dando sequência à votação por unanimidade da proposta formulada pela CDU na sessão desta Assembleia de 17 de Fevereiro de 2006 no sentido da realização de uma reunião da Comissão Permanente e Mesa da Assembleia Municipal de Bragança com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste para conhecimento dos objectivos e estratégias do Centro Hospitalar, fica claro na atitude da Administração do Centro Hospitalar uma falta de cuidado no relacionamento com este órgão autárquico que é tão só o expoente máximo político deliberativo no concelho de Bragança, essa atitude denota enorme deselegância que não é tolerável e que não deverá repetir-se no futuro no relacionamento com os órgãos representativos da população deste concelho que também é servido pela prestação de serviços de cuidados de saúde daquela unidade.-----

Consideramos no entanto fundamental continuar a manifestar a nossa enorme preocupação pela falta de resposta do Governo, nomeadamente do Sr. Ministro da Saúde ao qual exigimos as decisões que se impõem e aguardam relativamente à decisão do lançamento das obras de ampliação do Hospital de Bragança ou em alternativa a construção de um novo Hospital Distrital em Bragança, decisão que se impõe para dotar a Cidade, o Concelho e o Distrito de uma unidade capaz de responder à necessidade de prestação de cuidados de saúde com a qualidade e capacidade técnica que actualmente se exige, para com a população do Distrito de Bragança. -----

a) Luís Afonso” -----

----- **Após análise e discussão da Moção, foi a mesma submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria absoluta, com trinta e três votos a favor, oito abstenções e dezasseis votos contra, estando momentaneamente cinquenta e sete membros presentes.** -----

----- Fizeram **declaração de voto** os seguintes membros: Lídio Correia; Henrique Ferreira; Luís Pires; Luís Silvestre e Presidente da Junta de Freguesia de Rabal. -----

PRESENCAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENCAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luis Manuel Machado Rodrigues

Primeiro Secretário – Acúrcio Álvaro Pereira

Segunda secretária – Maria Elisa Monteiro Pires Villela

2 – Membros:

Adérito de Jesus Falcão Lhano
Amândio dos Anjos Gomes
Ana Maria Afonso
António Almeida Dionísio
António Eduardo Fernandes Malhão
António Guedes de Almeida
António Manuel Afonso
Augusto Acácio Morais
Cândido Vaz Alves
Carlos José Cadavez
Francisco António Alves
Joaquim do Nascimento Pereira
José Alberto Moutinho Moreno
José António Lourenço Rodrigues
José Joaquim Meireles Salgueiro
José Luís Baltazar
José Luís Gonçalves Miranda
Júlio da Costa Carvalho

Luís Manuel Madureira Afonso
Maria Madalena Morais Morgado
Martina Isabel Veiga Dias
Martinho Eduardo Nascimento
Nuno Alvares Pereira
Nuno Filipe Machado Reis
Pedro Nuno Gonçalves Nogueiro
Rui Fernando Rodrigues Correia
Vasco José Gonçalves Vaz

PARTIDO SOCIALISTA

Alzira da Conceição Bento Gomes
Amílcar dos Anjos Pires
António Rodrigues Vieira
Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso
Henrique da Costa Ferreira
Fernando Carlos da Silva Paula
João Baptista Ortega
Lídia Gomes Valinho
Luís Carlos Magalhães Pires
Luís Filipe Pires Fernandes
Luís Manuel Silvestre
Orlando Augusto Matos Pontes
Vítor Prada Pereira
Victor fernando Simões Alves

COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

Lídio Alberto Correia
Luís de Sousa Costa

BLOCO DE ESQUERDA

Luís Miguel Vale Fernandes Vale

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

ALFAIÃO
AVELEDA
BABE
BAÇAL
CALVELHE
CARRAGOSA

João Adriano Rodrigues
Isidro Carlos Pereira Rodrigues
Manuel António Esteves
João Luís Correia Fernandes (substituto Presidente)
Ernesto Augusto Morgado Gomes
Carlos Manuel Diegues Teixeira do vale

**CARRAZEDO
CASTRELOS
CASTRO DE AVELÃS
COELHO
DEILÃO
DONAI
ESPINHOSELA
FAÍLDE
FRANÇA
GIMONDE
GONDESENDE
GOSTEI.
GRIJÓ DE PARADA
IZEDA
MACEDO DO MATO
MEIXEDO
MILHÃO
MÓS
NOGUEIRA
PARADA
PARADINHA NOVA
PARÂMIO
PINELA
POMBARES
QUINTANILHA
QUINTELA DE LAMPAÇAS
RABAL
REBORDAÍNHOS
RIO FRIO
RIO DE ONOR
SALSAS
SAMIL
SANTA COMBA DE ROSSAS
SANTA MARIA - BRAGANÇA
SÃO JULIÃO DE PALÁCIOS
SÃO PEDRO DOS SERRACENOS
SÉ - BRAGANÇA
SENDAS
SERAPICOS
SORTES
ZOIO**

Nuno António Baptista Pousa
Henrique Manuel Pires(substituto Presidente)
José Vicente Fernandes
Ernesto António Fernandes
Manuel Benites Inácio
Luís Aníbal Rodrigues Martins
Helder Augusto Martins
Gualter Dinis Gonçalves Garcia
Amândio dos Santos Costa
João Victor Alves
Aníbal Gilberto Rodrigues Afonso
Carolina de Jesus Fernandes
Maria Helena Santos Branco
Amílcar dos Santos Maurício
João do Nascimento Fernandes
Luís Urbano Gonçalves
António Alcino Fernandes
Anselmo Aníbal Martins
José António Prada
António Manuel Afonso Pires
Domingos António Seca
Manuel João Afonso Fernandes
António Jorge Brás Pires
Afonso Augusto Pires Domingues
Sérgio Miguel Borges Romão
Victor Manuel Costa
Paulo Hermenegildo de Castro João
Albino Alves Rodrigo
Humberto Amândio Garcia
António José Preto
Filipe Osório Caldas
Eduardo Joaquim Portela
Francisco Manuel Ferreira
Jorge Manuel Esteves de Oliveira Novo
Elias dos Santos Vara
António Carlos de Sá
Paulo Jorge Almendra Xavier
Marco Paulo de Jesus Frei (subst. Presidente)
Armando Augusto Venâncio Dias
Juvêncio Alves de Carvalho
Manuel Diogo Afonso

II – FALTAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

António Fernando da Cruz Oliveira

Domingos Moura dos Santos

PARTIDO SOCIALISTA

Armando Pinto Bento

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

OUTEIRO
REBORDÃOS

João Augusto Paiva
Adriano Augusto Correia Rodrigues

B- CÂMARA

PRESENÇAS:

Presidente - António Jorge Nunes

Vereadores:

António José Cepeda
Armando Nuno Gomes Cristóvão
Isabel Maria Lopes
Maria de Fátima Gomes Fernandes
Maria Idalina Alves de Brito
Rui Afonso Cepeda Caseiro

-----Por ser verdade e me ter sido pedida, mandei passar a presente certidão que depois de achada conforme, vai ser assinada e autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

Assembleia Municipal de Bragança, 2 de Maio de 2006.